

TERMO DE REFERÊNCIA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

(Processo Administrativo nº 25389.000195/2023-14)

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)

1.1. Aquisição de materiais direcionados ao atendimento das demandas da Gestão de Vigilância e Segurança Patrimonial (GVSP), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

A) TABELA DE ORDENAÇÃO POR ITEM:

Classificação	Item	Descrição/Especificação	CatMat	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Grupo 1	01	Adaptador storz, rosca 5 Fpp fêmea, em latão de alta resistência, para registro globo angular 45° 1.1/2".	338062	unidade	10	R\$ 53,50	R\$ 535,00
	02	Adaptador storz, rosca 5 Fpp fêmea, em latão de alta resistência, para registro globo angular 45° 2.1/2".	291955	unidade	10	R\$ 98,68	R\$ 986,80
Item	03	Adesivo circular para veículo, com 8,0 cm de diâmetro, em vinil (eletroestático), impressão digital a base de solvente, com cola removível de baixo, na cor amarelo, fonte Arial Black, impressão espelhada. No momento da produção do material, a numeração correspondente ao primeiro adesivo se iniciará com o nº 20.000 a 30.000	350278	unidade	10.000	R\$ 0,86	R\$ 8.600,00

Grupo 5	04	Adesivo seta indicativa em vinil auto-adesivo para sinalização de extintores de incêndio com carga de ÁGUA	452952	unidade	500	R\$ 13,30	6.650,00
	05	Adesivo seta indicativa em vinil auto-adesivo para sinalização de extintores de incêndio com carga de CO2	452952	unidade	500	R\$ 14,13	7.065,00
	06	Adesivo seta indicativa em vinil auto-adesivo para sinalização de extintores de incêndio com carga de ESPUMA	374357	unidade	50	R\$ 44,90	R\$ 2.245,00
	07	Adesivo seta indicativa em vinil auto-adesivo para sinalização de extintores de incêndio com carga de PÓ QUÍMICO	374357	unidade	300	R\$14,22	R\$ 4.266,00
Item	08	Caixa porta chave e martelinho, para a guarda de chaves. (de acionamento de alarmes, paradas de elevadores, portas e saídas de emergência)	343586	unidade	100	R\$37,00	R\$ 3.700,00
Grupo 1	09	Chave Storz dupla 1.1/2" e 2.1/2" em latão de alta resistência.	291877	unidade	100	R\$50,67	R\$ 5.067,00
Grupo 2	10	Cone Sinalização	223765	unidade	200	R\$ 31,45	R\$ 6.290,00
	11	Delimitador Tráfego	310244	metro	200	R\$ 3,57	R\$ 714,00
Grupo 1	12	Esquicho regulável 1.1/2" de E.R(engate rápido), tipo storz, em latão de alta resistência	259991	unidade	100	R\$ 114,17	R\$ 11.417,00
Grupo 3	13	Extintor ABC 6 Kg	333945	unidade	500	R\$ 219,32	R\$ 109.660,00
	14	Fita para demarcação de solo vermelha	421677	unidade	500	R\$ 33,89	R\$ 16.945,00

Grupo 2	15	Fita zebrada adesiva, para demarcação de solo nas cores preto e amarelo, dorso em PVC plastificado colorido e translúcido, adesivo a base de resina e borracha	353764	unidade	100	R\$ 17,69	R\$ 1.769,00
	16	Fita zebrada. Rolo de fita em filme de polietileno zebrada em preto e amarelo com 200 metros de comprimento e 7cm de largura.	600700	unidade	300	R\$ 11,45	R\$ 3.435,00
Grupo 1	17	Mangueira de Incêndio tipo 2, na cor branca com 1.1/2" de diâmetro interno, flexível de fibra de nylon 100% em fio de alta tenacidade resistente a umidade, boa resistência a produtos químicos, boa resistência à abrasão e elevada resistência à ruptura, revestida internamente de borracha sintética vulcanizada diretamente à capa externa, sem uso de cola ou outro qualquer adesivo	239867	unidade	200	R\$ 492,78	R\$ 98.556,00
	18	Mangueira de Incêndio tipo 2, na cor branca com 2.1/2" de diâmetro interno, flexível de fibra de nylon 100% em fio de alta tenacidade resistente a umidade, boa resistência a produtos químicos, boa resistência à abrasão e elevada resistência à ruptura, revestida internamente de borracha sintética vulcanizada diretamente à capa externa, sem uso de cola ou outro qualquer adesivo	449330	unidade	50	R\$ 445,59	R\$ 22.279,50
	19	Placa de sinalização de equipamentos; abrigo de Mangueira e hidrante, quadrado, fundo vermelho	452956	unidade	200	R\$ 14,24	R\$ 2.848,00

Grupo 4	20	Placa de sinalização de equipamentos; Hidrante de incêndio, quadrado, fundo vermelho	452956	unidade	200	R\$ 14,24	R\$ 2.848,00
	21	Placa de sinalização de indicação de uso das portas corta-fogo; Instrução de Abertura de porta corta-fogo por barra anti-pânico, quadrado, fundo verde	350603	unidade	100	R\$ 17,55	R\$ 1.755,00
	22	Placa de sinalização de orientação e salvamento; escada de emergência, "Direita"	350603	unidade	100	R\$ 27,16	R\$ 2.716,00
	23	Placa de sinalização de orientação e salvamento; escada de emergência, "Esquerda"	350603	unidade	100	R\$ 27,16	R\$ 2.716,00
	24	Placa de sinalização de orientação e salvamento; Saída de emergência, "Direita"	350603	unidade	1000	R\$ 20,16	R\$ 20.160,00
	25	Placa de sinalização de orientação e salvamento; Saída de emergência, "Esquerda"	350603	unidade	1000	R\$ 22,75	R\$ 22.750,00
	26	Placa de sinalização de orientação e salvamento; saída de emergência, retangular, fundo verde, mensagem "SAÍDA	350603	unidade	300	R\$ 26,42	R\$ 7.926,00
Grupo 1	27	Redução Storz fixa de 2.1/2" para 1.1/2" em latão de alta resistência.	339172	unidade	10	R\$ 110,53	R\$ 1.105,30
Grupo 3	28	Suporte de solo para extintor de incêndio (tripé) com haste removível	603340	unidade	500	R\$ 39,41	R\$ 19.705,00
Item	29	Tenda Piramidal 4x4 em lona PVC, emborrachada, estrutura tubular, galvanizado à fogo.	601578	unidade	12	R\$ 4.197,19	R\$ 50.366,28

Item	30	Tinta acrílica Novacor Piso, fabricado por Sherwin williams na cor vermelho segurança, lata de 18 litros à basa de resina acrílica, para demarcação de piso	235811	unidade	2	R4 313,49	R\$ 626,98
TOTAL GERAL DAS AQUISIÇÕES							R\$ 445.702,86

B) TABELA DE ORDENAÇÃO POR GRUPO:

	ÍTEM	Descrição/Especificação	CatMat	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
GRUPO 1	1	Adaptador storz, rosca 5 Fpp fêmea, em latão de alta resistência, para registro globo angular 45° 1.1/2".	338062	unidade	10	R\$ 53,50	R\$ 535,00
	2	Adaptador storz, rosca 5 Fpp fêmea, em latão de alta resistência, para registro globo angular 45° 2.1/2".	291955	unidade	10	R\$ 98,68	R\$ 986,80
	9	Chave Storz dupla 1.1/2" e 2.1/2" em latão de alta resistência.	291877	unidade	100	R\$ 50,67	R\$ 5.067,00
	12	Esquicho regulável 1.1/2" de E.R(engate rápido), tipo storz, em latão de alta resistência	259991	unidade	100	114,17	R\$ 11.417,00
	17	Mangueira de Incêndio tipo 2, na cor branca com 1.1/2" de diâmetro interno, flexível de fibra de nylon 100% em fio de alta tenacidade resistente a umidade, boa resistência a produtos químicos, boa resistência à abrasão e elevada resistência à ruptura, revestida internamente de borracha sintética vulcanizada diretamente à capa externa, sem uso de cola ou outro qualquer adesivo	239867	unidade	200	R\$ 492,78	R\$ 98.556,00
	18	Mangueira de Incêndio tipo 2, na cor branca com 2.1/2" de diâmetro interno, flexível de fibra de nylon 100% em fio de alta tenacidade resistente a umidade, boa resistência a produtos químicos, boa resistência à abrasão e elevada resistência à ruptura, revestida internamente de borracha sintética vulcanizada diretamente à capa externa, sem uso de cola ou outro qualquer adesivo	449330	unidade	50	R\$ 445,59	R\$ 22.279,50

	27	Redução storz fixa de 2.1/2" para 1.1/2" em latão de alta resistência.	339172	unidade	10	R\$ 110,53	R\$ 1.105,30
TOTAL:							R\$ 139.946,60
GRUPO 2	10	Cone Sinalização	223765	unidade	200	R\$ 31,45	R\$ 6.290,00
	11	Delimitador Tráfego	310244	metro	200	R\$ 3,57	R\$ 714,00
	14	Fita para demarcação de solo vermelha	223765	unidade	500	R\$ 33,89	R\$ 16.945,00
	15	Fita zebrada adesiva, para demarcação de solo nas cores preto e amarelo, dorso em PVC plastificado colorido e translúcido, adesivo a base de resina e borracha	310244	metro	100	R\$ 17,69	R\$ 1.769,00
	16	Fita zebrada. Rolo de fita em filme de polietileno zebrada em preto e amarelo com 200 metros de comprimento e 7cm de largura.	259991	unidade	300	R\$ 11,45	R\$ 3.435,00
TOTAL:							R\$ 29.153,00
GRUPO 3	13	Extintor ABC 6 Kg	333945	unidade	500	R\$ 219,32	R\$ 109.660,00
	28	Suporte de solo para extintor de incêndio (tripé) com haste removível	603340	unidade	500	R\$ 39,41	R\$ 19.705,00
TOTAL:							R\$ 129.365,00
GRUPO 4	19	Placa de sinalização de equipamentos; abrigo de Mangueira e hidrante, quadrado, fundo vermelho	452956	unidade	200	R\$ 14,24	R\$ 2.848,00
	20	Placa de sinalização de equipamentos; Hidrante de incêndio, quadrado, fundo vermelho	452956	unidade	200	R\$ 14,24	R\$ 2.848,00
	21	Placa de sinalização de indicação de uso das portas corta-fogo; Instrução de Abertura de porta corta-fogo por barra antipânico, quadrado, fundo verde	350603	unidade	100	R\$ 17,55	R\$ 1.755,00
	22	Placa de sinalização de orientação e salvamento; escada de emergência, "Direita"	350603	unidade	100	R\$ 27,16	R\$ 2.716,00
	23	Placa de sinalização de orientação e salvamento; escada de emergência, "Esquerda"	350603	unidade	100	R\$ 27,16	R\$ 2.716,00
	24	Placa de sinalização de orientação e salvamento; Saída de emergência, "Direita"	350603	unidade	1000	R\$ 20,16	R\$ 20.160,00
	25	Placa de sinalização de orientação e salvamento; Saída de emergência, "Esquerda"	350603	unidade	1000	R\$ 22,75	R\$ 22.750,00
	26	Placa de sinalização de orientação e salvamento; saída de emergência, retangular, fundo verde, mensagem "SAÍDA"	350603	unidade	300	R\$ 26,42	R\$ 7.926,00
TOTAL:							R\$ 63.719,00

GRUPO 5	4	Adesivo seta indicativa em vinil auto-adesivo para sinalização de extintores de incêndio com carga de ÁGUA	452952	unidade	500	R\$ 13,30	R\$ 6.650,00
	5	Adesivo seta indicativa em vinil auto-adesivo para sinalização de extintores de incêndio com carga de CO2	452952	unidade	500	R\$ 14,13	R\$ 7.065,00
	6	Adesivo seta indicativa em vinil auto-adesivo para sinalização de extintores de incêndio com carga de ESPUMA	374357	unidade	50	R\$ 44,90	R\$ 2.245,00
	7	Adesivo seta indicativa em vinil auto-adesivo para sinalização de extintores de incêndio com carga de PÓ QUÍMICO	374357	unidade	300	R\$ 14,22	R\$ 4.266,00
TOTAL:							R\$ 20.226,00
ITEM	3	Adesivo circular para veículo, com 8,0 cm de diâmetro, em vinil (eletroestático), impressão digital a base de solvente, com cola removível de baixo, na cor amarelo, fonte Arial Black, impressão espelhada.	350278	unidade	10.000	R\$ 0,86	R\$ 8.600,00
ITEM	8	Caixa porta chave e martelinho, para a guarda de chaves. (de acionamento de alarmes, paradas de elevadores, portas e saídas de emergência)	343586	unidade	100	R\$ 37,00	R\$ 3.700,00
ITEM	29	Tenda Piramidal 4x4 em lona PVC, emborrachada, estrutura tubular, galvanizado à fogo.	601578	unidade	12	R\$ 4.197,19	R\$ 50.366,28
ITEM	30	Tinta acrílica Novacor Piso, fabricado por Sherwin williams na cor vermelho segurança, lata de 18 litros à base de resina acrílica, para demarcação de piso	235811	unidade	2	R\$ 313,49	R\$ 626,98
TOTAL:							R\$ 63.293,26
TOTAL GERAL ESTIMADO DAS AQUISIÇÕES							R\$ 445.702,86

1.1.1. Alguns materiais da tabela acima foram agrupados pois é tecnicamente viável, possuindo relação de similaridade na especificação, tornando-se atraente aos fornecedores a oferta de proposta, propiciando a vantagem econômica para a administração. Outrossim, a Administração agiu com cautela, razoabilidade e proporcionalidade para identificar os itens que integrarão os grupos de materiais observando a compatibilidade dos itens agrupados entre si. Os seguintes parâmetros foram considerados para a divisão do objeto em lotes:

1.1.1.1. Em determinados casos não foi adequado o agrupamento de alguns itens, pois os mesmos são produzidos e comercializados de forma diversa. Embora possam ser comercializados pela mesma empresa (mercados, distribuidoras etc), podem ter fabricantes específicos para cada produto.

1.1.1.2. O custo para a administração de vários contratos de fornecimento frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

1.1.1.3. O aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade e atendidos os parâmetros de qualidade;

1.1.1.4. O dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

1.1.1.5. Diminuição do custo indireto para a entrega dos materiais referente ao valor da movimentação.

1.1.1.6 Seguem abaixo imagens meramente ilustrativas dos itens a serem adquiridos para atendimento da demanda:

- Adaptador Storz 1.1/2



- Adaptador Storz 1.1/2



- Adesivo Circular



- Adesivo seta indicativa de Extintores (com personalização).



- Adesivo Seta Indicativa de Extintores



- Adesivo Seta Indicativa de Extintores



- Adesivo Seta Indicativa de Extintores



- Caixa Porta Chave E Martelinho



- Chave Storz Dupla



- Cone de Sinalização



- Delimitador de Tráfego:

- Esquicho Regulável 1.1/2



- Extintor ABC 6 Kg



- Fita Para Demarcação De Solo vermelha



- Fita Zebrada Adesiva



- Fita Zebrada



- Mangueira de Incêndio Tipo 2 cor branca com 1.1/2".

11



- Mangueira de Incêndio Tipo 2 cor branca com 1.1/2"



- Placa De Sinalização Abrigo De Mangueira



- Placa De Sinalização Hidrante



- Placa De Sinalização Porta Corta Fogo



- Placa De Sinalização Escada De Emergência à direita



- Placa De Sinalização Escada De Emergência à esquerda



- Placa De Sinalização Saída De Emergência a direita



- Placa De Sinalização Saída De Emergência a esquerda



- Placa De Sinalização Saída



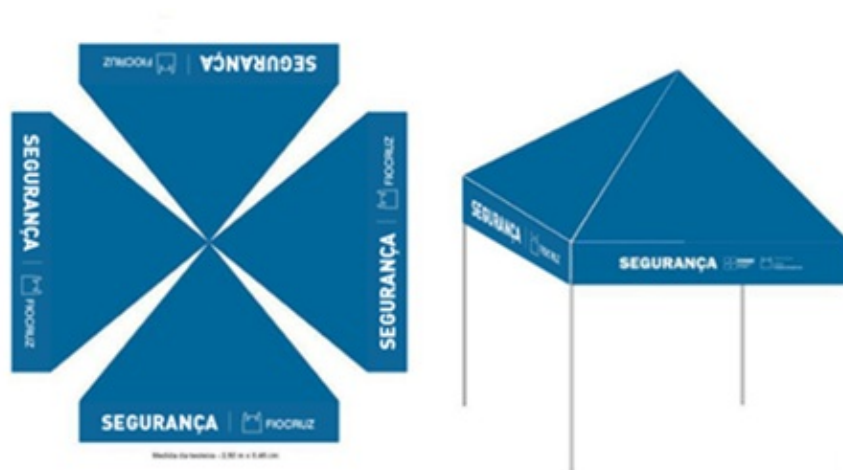
- Redução Storz



- Suporte Para Solo



- Tenda Piramidal 4 X 4



Observação: Das 12 tendas a serem adquiridas, 08 (oito) serão para o GVSP, com a testeira “SEGURANÇA” e 04 (quatro) serão para o GRSA, com a testeira “ECOPONTO ITINERANTE”.



- Tinta Acrlica



- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é 60 (sessenta) dias, prorrogável pelo mesmo período, para o materiais de consumo, contados da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4. O custo estimado total da contratação é de R\$ 445.702,86 (quatrocentos e quarenta e cinco mil setecentos e dois reais e oitenta e seis centavos) conforme custos unitários apostos na tabela acima.
- 1.5. Qualquer divergência entre as especificações dos materiais no COMPRASNET/SIASG/CATMAT e o Termo de Referência, prevalecerá as especificações constantes do Termo de Referência.
- 1.6. Pelo que é imposto pelas legislações é garantida a participação exclusiva de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (ME e EPP) para as aquisições dos itens e/ou grupos descritos no item 1.1., vista a previsão estipulada pelo artigo 48, inciso I, da LC nº 123/2006 e artigo 6º do Decreto nº 8.538/2015. Ou seja, Itens 3; 8; 29; 30 e grupos; 2; 4 e 5.
- 1.7. O valor total da contratação será de R\$ 445.702,86 (quatrocentos e quarenta e cinco mil setecentos e dois reais e oitenta e seis centavos), conforme a soma dos custos estimados dos grupo e itens, descritos abaixo:
- 1.7.1 Grupo 1 - R\$139.946,60 (cento e trinta e nove mil novecentos e quarenta e seis reais e sessenta centavos)
- 1.7.2 Grupo 2 - R\$ 29.153,00 (vinte e nove mil cento e cinquenta e três reais)
- 1.7.3 Grupo 3 - R\$ 129.365,00 (cento e vinte e nove mil trezentos e sessenta e cinco reais)
- 1.7.4 Grupo 4 - R\$ 63.719,01 (sessenta e três mil setecentos e dezenove reais e um centavo)

1.7.5 Grupo 5 - R\$ 20.226,00 (vinte mil duzentos e vinte e seis reais)

1.7.6 Itens dos materiais nº.3 (adesivo de veículo) R\$ 8.600,00 (oito mil e seiscentos reais), nº.8 (caixa porta chave e martelinho) R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais), nº. 29 (Tenda Piramidal 4x4) R\$ 50.366,28 (cinquenta mil trezentos e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos) e nº.30 (Tinta acrílica) R\$ 626,98 (seiscentos e vinte e seis reais e noventa e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 63.293,26 (sessenta e três mil duzentos e noventa e três reais e vinte e seis centavos).

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXI alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1. A Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic) é responsável pela gestão da infraestrutura da Fiocruz e está presente em todas as atividades da Instituição. Nesse contexto, as atividades da GVSP incluem a necessidade de controlar e monitorar o acesso às edificações, a segurança dos bens patrimoniais, a inspeção das instalações, a identificação e o acesso da população, sejam trabalhadores, alunos, pacientes ou visitantes ou demais transeuntes. Assim, para dar suporte a essas atividades é necessária a aquisição de materiais de consumo e equipamentos os quais não são fornecidos através do almoxarifado da Cogic e nem incluídos nas contratações das execuções, portanto, não são possíveis os suprimentos dos materiais de consumo para manutenção da GVSP.

2.2. Assim, é necessária a aquisição dos materiais de consumo e permanente descritos acima, os quais não são fornecidos através do almoxarifado da Cogic e nem incluídos nas contratações dos serviços terceirizados que provêm suporte às atividades do GRSA. Ressalta-se que os custos referentes a esta demanda estão previstos no Plano Anual da Cogic (PGC 2023), sob o registro do Plano Plurianual do Governo Federal e os documentos de formalização de demanda nº DFD77/2022 e nº DFD82/202

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. As especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação, estão previstas neste Termo de Referência, em especial acerca do ciclo de vida do objeto, os materiais descritos no item 1.1 poderão ser descartáveis como materiais recicláveis, após avaliação e confirmação de sua inutilidade por decorrência de sua vida útil.

3.1.1 A responsabilidade pelo descarte dos materiais após sua vida útil fica a cargo do servidor público responsável pela carga do bem patrimonializado.

3.2. A solução como um todo prevê a quantidade de entrega em remessa única com vistas ao atendimento das necessidades da Coordenação de Serviços operacionais/Cogic /Fiocruz, conforme item 5 deste Termo de Referência;

3.3. Os materiais desta contratação são produtos de comercialização comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado e são de fácil aquisição, sem exigências, e não há legislação específica para aquisição desses materiais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1.1. Preferencialmente, os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2.

4.1.1.1.2. Devem ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.1.1.1.3. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.1.1.4. Dessa forma, pelo fato dos produtos eventualmente adquiridos serem classificados como material permanente, e em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como nos normativos do Poder executivo federal, a Administração obedecerá ao disposto na legislação específica que trata do desfazimento de bens da Administração Pública, após o fim da sua vida útil, mediante o devido processo administrativo.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.3.1. A administração avaliou que os objetos desta aquisição e verificou que não são complexos, bem como enquadram-se na classificação de bens comuns, motivo pelo qual, optou pela não exigência da garantia contratual, uma vez que poderia representar um aumento considerável do valor contratado.

4.4. A empresa deverá preencher o quadro do Apêndice I referente à garantia legal fornecida pelo fabricante para os materiais permanentes.

4.4.1 Os materiais permanentes estão descritos nos itens 1, 2, 8, 9, 12, 13, 17, 18, 27, 28 e 29 do quadro demonstrativo no item 1.1, deste Termo de Referências.

4.5. Para as aquisições previstas no item 6.1.1, será necessária a apresentação de garantia Legal fornecida pelo fabricante.

4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº

14.133/2021).

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias, contados da comunicação da Contratante, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Brasil nº 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ, no horário das 09:00H às 11:00H e 14:00H às 16:00H. Deverá ser agendado, com antecedência mínima de 48 horas, junto à Coordenação de Serviços Operacionais através do e-mail: servicos.cogic@fiocruz.br ou telefone (21) 2209-2140.
- 5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado
- 5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 5.6. Correrá por conta da empresa qualquer prejuízo causado ao produto em decorrência do transporte;
- 5.7. Cabe à empresa consultar com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega do produto especificado, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));[A1]

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária [\[A1\]](#), no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado. [\[A2\]](#)

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis. [\[A3\]](#)

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que

impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.[\[A4\]](#)

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[\[A5\]](#)

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito[\[A12\]](#)

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de](#)

[1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)[\[A15\]](#)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.[\[A16\]](#)

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente,

no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do

licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.27. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, referente aos itens (1, 2, 8, 9, 12, 13, 17, 18, 27, 28 e 29) de materiais permanentes, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.27.1 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.27.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.28. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.28.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.28.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.28.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.28.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.28.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO[\[A1\]](#)

9.1. *O custo estimado total da contratação é de R\$. 445.702,86 (quatrocentos e quarenta e cinco mil setecentos e dois reais e oitenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos no item 1.1, deste Termo de Referências.*

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: Coordenação de Administração / COGIC

Projeto 0032.2000.565 .35718 - Material de Prevenção e Combate a Incêndios (PCI).

Projeto: 0032.2000.565 .35562 - Aquisições de Materiais de Consumo

Iniciativa: 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo

Ação Orçamentária: 2000 - Administração da Unidade-Custeio Finalidade: 565 - Gestão Administrativa

Programa de Trabalho: 10122003220000033

Fonte de Recurso: 1001000000 – Loa Corrente e 1002000000 – Loa Capital

Elemento de Despesa Corrente: 339030- Material de Consumo

Subelemento: 339030.44 – Material de Sinalização Visual e Outros.

339030.24 - Material P/ Manut. de Bens Imóveis/Instalações.

Elemento de Despesa Capital: 449052 – Equipamentos e Material Permanente.

Subelemento: 449052.24 – Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro.

449052.42 - Mobiliário em Geral



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIONOR DA SILVA LIMA, Fiscal Técnico Operacional**, em 27/10/2023, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DARCY RODRIGUES DA SILVA, Coordenador(a) de Serviços Operacionais - Substituto(a) - CSO/COGIC**, em 27/10/2023, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Sousa da Fonseca, Ordenador por Subdelegação**, em 30/10/2023, às 08:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3241639** e o código CRC **D5E2BF73**.

Referência: Processo nº 25389.000195/2023-14

SEI nº 3241639

Gestor: COGEAD/COGECOM/DENAC

Versão 02 – maio/2023